

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ

## Edital 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	927045-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ	NAIARA BETANIA VASQUES VIANA	02/06/2026 13:02 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		003459/2026

## 1. DO OBJETO

## PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

## CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

927045

## OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de água mineral sem gás, visando atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

## VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 117.574,33 (cento e dezessete mil, quinhentos e setenta e quatro mil e trinta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço por item

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ**

COORDENADORIA DE COMPRAS E CONTRATOS/TCE-AP

AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO E EQUIPE

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

Processo Administrativo nº **003459/2026-TCE/AP**

O **Tribunal de Contas do Estado do Amapá-TCE/AP**, por meio do Agente de Contratação e equipe de apoio, nomeados pela **Portaria nº 102/2026-TCE/AP**, publicada no **DOE/TCE-AP nº 2174**, sediado na Avenida FAB, nº 900, Bairro Central, Macapá-AP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### **1. DA LEGISLAÇÃO E DO OBJETO**

1.1. Esta licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- 1.1.1. Lei 14.133/2021;
- 1.1.2. Decreto Estadual 1716/2023 – Regulamento Registro de Preço;
- 1.1.3. Resolução Executiva TCE/AP, nº 106/2023 – Dispõe sobre os Procedimentos nas contratações - (disponível em [www.tce.ap.gov.br](http://www.tce.ap.gov.br) – Normas Internas);
- 1.1.4. Lei Complementar Federal 123/06(ME/EPP);
- 1.1.5. Lei Complementar Estadual 108/2018(ME/EPP/MEI);

1.2. O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual **aquisição de água mineral natural sem gás, destinada ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

*1.2.1 A licitação será realizada por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante participar de quantos itens forem de seu interesse.*

### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A presente licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, na forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A execução do objeto observará as condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até a data prevista para recebimento das propostas..

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, ao microempreendedor individual – MEI, ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis.

3.6.1. Considerando o valor estimado dos itens licitados, a participação neste certame será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. sociedades cooperativas, quando não se enquadrarem nas disposições do art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

3.7.12. Vedada a participação em consórcio, considerando a natureza comum e padronizada do objeto, a baixa complexidade da contratação, a ampla disponibilidade do objeto no mercado e o fato de que a formação de consórcio não se mostra necessária para garantia da competitividade ou da adequada execução contratual.

3.7.12.1. Vedada a participação em consórcio.

3.7.13. pessoas físicas, considerando a necessidade de estrutura operacional mínima, fornecimento contínuo e logística compatível com a execução do objeto.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor unitário e total do item, conforme critério de julgamento estabelecido neste Edital.

6.1.1. O valor proposto deverá contemplar todos os custos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, embalagens, encargos e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução contratual.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes deverão observar os valores máximos aceitáveis estabelecidos pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

6.10. O descumprimento das regras estabelecidas neste Edital poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença percentual entre os lances deverá ser de 1% (um por cento).
- 7.9. O modo de disputa adotado nesta licitação será o aberto.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.3. As consultas aos cadastros poderão ser realizadas por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

8.4.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.2. Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será impedido de prosseguir no certame.

8.5. Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade dos preços em relação aos valores máximos aceitáveis estabelecidos pela Administração e à exequibilidade da proposta.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis, inclusive quando incompatíveis com os preços praticados no mercado, ou permanecer acima do valor máximo definido para contratação.

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. não cumprir os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos.

8.7. A análise da exequibilidade da proposta poderá ser realizada mediante diligência do Pregoeiro, que poderá solicitar documentos e esclarecimentos complementares ao licitante.

8.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de habilitação.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos necessários à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, previstos neste Edital e no Termo de Referência, serão exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que realizado em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

9.6. O licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação vigente.

9.6.1. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilizações cabíveis.

9.7. Considerando as características do objeto, a vistoria prévia é facultativa, podendo o licitante declarar o pleno conhecimento das condições necessárias à execução do serviço.

9.8. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9. Somente haverá a necessidade de comprovação mediante apresentação de documentos não digitais quando houver dúvida quanto à sua integridade ou quando exigido por lei.

9.10. É de responsabilidade do licitante manter atualizados seus dados no SicaF, sob pena de inabilitação.

9.11. A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos emissores constitui meio legal de prova.

9.12. Os documentos não constantes no SicaF deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período.

9.13. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos será realizada apenas em relação ao licitante vencedor.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida a complementação de documentos, desde que se refiram a condições preexistentes à abertura do certame.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem sua substância jurídica.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, será convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante vencedor após a conclusão da fase.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, observado o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, podendo ser firmado termo de contrato ou emitido instrumento equivalente, conforme necessidade da Administração.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, para assinatura da Ata de Registro de Preços e, quando cabível, do instrumento contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento contratual, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura eletrônica, a ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento.

10.4. A assinatura do contrato implicará o reconhecimento de que:

10.4.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;

10.4.2. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. Os prazos previstos nos itens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. A vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes observará os prazos estabelecidos no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do instrumento contratual será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja apresentada dentro do prazo inicialmente concedido;

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A Ata de Registro de Preços será assinada eletronicamente, nos termos da Resolução Executiva nº 108/2023-TCE/AP, por meio do sistema e-TCE, e posteriormente disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

11.4. Será formalizada Ata de Registro de Preços contemplando os grupos e/ou itens adjudicados ao licitante vencedor, com a indicação dos respectivos preços registrados, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

11.5. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponibilizado durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, observadas as condições da proposta vencedora.

11.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

11.8.1. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação do quantitativo originalmente registrado, por igual período, desde que observadas cumulativamente as seguintes condições:

- a) manifestação formal da unidade demandante quanto à necessidade de manutenção da demanda;
- b) demonstração de que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, mediante pesquisa de mercado atualizada;
- c) justificativa técnica de que o quantitativo renovado corresponde à expectativa de consumo para o novo ciclo anual;
- d) anuência formal do fornecedor registrado; e
- e) formalização da prorrogação por termo aditivo celebrado dentro do prazo de vigência da Ata, conforme previsto no Termo de Referência nº 023/2026-DPLANC/TCE-AP e no Parecer Jurídico Referencial nº 001/2026-CONJUR/TCE-AP.

11.9. Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a ordem de classificação da licitação, para formação de cadastro de reserva, nos termos do art. 82, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação da licitação.

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação no prazo estabelecido para assinatura da Ata de Registro de Preços e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração poderá:

- 12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 12.4.2. adjudicar o objeto e formalizar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

- 13.1. A interposição de recurso contra o julgamento das propostas, a habilitação ou inabilitação de licitantes, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em campo próprio do sistema eletrônico, durante o prazo concedido pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão.
  - 13.3.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
  - 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo será contado da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá decidir no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos necessários à defesa.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos que não possam ser aproveitados.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema eletrônico utilizado para condução do certame.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão;
  - 14.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
    - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;

- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado após o encerramento da etapa competitiva;
- 14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3. deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa;
- 14.1.5. fraudar a licitação;
- 14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando:
  - 14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. A Administração poderá aplicar aos licitantes as seguintes sanções:
  - 14.2.1. advertência, quando cabível;
  - 14.2.2. multa;
  - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Amapá, pelo prazo de até 3 (três) anos;
  - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração;
  - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 14.3.4. os danos causados à Administração;
  - 14.3.5. a existência de programa de integridade.
- 14.4. A multa será aplicada na forma e nos percentuais estabelecidos no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preços, observados os limites previstos no art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.
- 14.5. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 14.6. Será assegurado ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 14.7. A aplicação das sanções observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.8. Da aplicação das sanções caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.
- 14.9. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133 /2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sistema Compras.gov.br e no sítio eletrônico oficial do TCE/AP, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, mediante envio para o endereço protocolo@tce.ap.gov.br, com cópia para cpl@tce.ap.gov.br, devendo constar no assunto o número do Pregão Eletrônico e do Processo Administrativo correspondentes.

15.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema Compras.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I – Modelo da Proposta;

16.11.2. Anexo II – Termo de Referência;

Macapá/AP, 02 de junho de 2026.

**JOSÉ GUILHERME SANTOS FARIAS**

Agente de Contratação / Pregoeiro - TCE/AP  
Portaria nº 102/2026-TCE/AP

**Equipe de Apoio:**

Juliano de Andrade Araújo

Portaria nº 102/2026-TCE/AP

--

Floraci Alves

Portaria nº 102/2026-TCE/AP

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Divisão de Planejamento das Contratações (DPLANC)

**NAIARA BETANIA VASQUES VIANA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 13:02:23.*



**Tribunal de Contas  
do Estado do Amapá**

**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES**

**ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) (Rua, AV., Bairro, CEP, Telefone: \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_, para serviços abaixo relacionados, conforme estabelecido no Pregão nº XX/2026-TCE/AP, para fornecimento dos seguintes:

**Obrigatório informar e-mail para comunicação pelas partes.**

**INSTRUÇÕES:**

A proposta escrita deverá conter os valores para os itens abaixo relacionados, com base na metodologia de pesquisa de preços constante do Termo de Referência (Anexo II do Edital).

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafa PET de 1,5L, em pacote contendo 6 unidades, atendendo às normas da ANVISA, ANM, INMETRO e demais normas aplicáveis		4.700	R\$ 16,57	R\$ 77.886,83

2	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafa PET de 350ml, em pacote contendo 12 unidades, atendendo às normas da ANVISA, ANM, INMETRO e demais normas aplicáveis		2.500	R\$ 15,88	R\$ 39.687,50
VALOR TOTAL				<b>R\$ 117.574,33</b>	

**DECLARAÇÕES E COMPROMISSOS:**

A proposta da empresa deverá indicar que:

- a)** Os valores propostos devem incluir todos os custos diretos e indiretos necessários para a perfeita execução da entrega, incluindo, mas não se limitando a: materiais, insumos, encargos sociais, tributos, transporte, embalagem, logística e quaisquer outras despesas incidentes.
- b)** Declara ciência e plena concordância com as especificações técnicas e operacionais constantes do Termo de Referência (Anexo II), comprometendo-se a atender integralmente às exigências nele contidas.
- c)** Prazo de validade da proposta: **60 dias**, conforme disposto no art. 49 da Lei nº 14.133/2021.
- d)** A empresa declara estar apta e legalmente capacitada a contratar, não estando inibida ou declarada inidônea por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal.

**Razão Social da Empresa:**

**CNPJ:**



DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

**Responsável:**

**Cargo:**

**OBSERVAÇÃO:** A proposta deve ser assinada digitalmente (com certificado digital ICP-Brasil) ou assinada fisicamente pelo representante legal da empresa, com indicação do nome legível, cargo e data da assinatura.

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Número do artefato: 023/2026-DPLANC/TCE/AP

Número do processo: TC/0003459/2026-TCE/AP

UASG: 927045 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ (TCE/AP)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. **Definição do Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de água mineral sem gás, visando atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.
01	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafa PET de 1,5L, em pacote contendo 6 unidades, atendendo às normas da ANVISA, ANM, INMETRO e demais normas aplicáveis	Pacote	4.700
02	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafa PET de 350ml, em pacote contendo 12 unidades, atendendo às normas da ANVISA, ANM, INMETRO e demais normas aplicáveis	Pacote	2.500

1.2. Havendo divergência entre a descrição dos itens constante no sistema eletrônico de compras e a descrição constante neste Termo de Referência, prevalecerão as especificações constantes neste instrumento.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observados os parâmetros definidos na regulamentação aplicável.

1.4. Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.5. A presente contratação possui natureza de fornecimento eventual, sob demanda, mediante entregas parceladas, conforme necessidade da Administração.

1.6. O fornecimento será processado por meio do Sistema de Registro de Preços — SRP, em razão da imprevisibilidade do consumo ao longo do período de vigência da contratação,

**Divisão de Planejamento das Contratações**

permitindo aquisições conforme necessidade efetiva da Administração.

1.7. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação e descrição da necessidade da presente contratação encontram-se detalhadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, cujo conteúdo demonstrou a viabilidade técnica e econômica da solução adotada.

2.2. A contratação visa garantir o fornecimento contínuo de água mineral destinada ao atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, assegurando adequadas condições de trabalho aos conselheiros, servidores, colaboradores, terceirizados, jurisdicionados e demais usuários das dependências desta Corte de Contas, durante a execução das atividades administrativas, sessões plenárias, reuniões institucionais, eventos, cursos e demais ações promovidas pelo Tribunal.

2.3. A presente contratação decorre de situação específica relacionada ao cancelamento parcial da Ata de Registro de Preços nº 22/2025-TCE/AP, originada do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2025, em razão da impossibilidade de continuidade do fornecimento dos itens correspondentes à água mineral sem gás nas apresentações de 1,5L e 350ml pela empresa anteriormente registrada.

2.4. Após a ocorrência da desistência do fornecedor inicialmente registrado, foram adotadas medidas administrativas visando à continuidade da contratação, incluindo a convocação dos fornecedores remanescentes classificados no certame anterior. Contudo, as tentativas realizadas demonstraram inviabilidade de manutenção das condições anteriormente registradas, especialmente em razão da defasagem dos preços registrados frente aos valores atualmente praticados no mercado, circunstância que inviabilizou o aproveitamento da Ata vigente.

**2.5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.5.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade do abastecimento institucional e evitar impactos na execução das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP. A indisponibilidade dos itens objeto desta contratação poderá comprometer o suporte às atividades administrativas, sessões, reuniões, eventos institucionais e demais ações desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas.

2.5.2. Além disso, a manutenção do fornecimento mostra-se essencial para garantir condições adequadas de funcionamento das unidades administrativas e atendimento ao público interno e externo, observando-se os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e interesse público.

2.5.3. A instauração de novo procedimento licitatório apresenta-se como medida necessária e

**Divisão de Planejamento das Contratações**

adequada para recompor a solução anteriormente comprometida, restabelecendo condições seguras e regulares de fornecimento, sem prejuízo à continuidade das atividades institucionais.

2.6. A ausência de instrumento contratual vigente para os itens objeto desta contratação poderá comprometer a continuidade do abastecimento institucional, ocasionando riscos à regular execução das atividades administrativas e operacionais do Tribunal, motivo pelo qual a contratação se mostra necessária, adequada e alinhada ao interesse público, aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de água mineral natural sem gás, destinada ao atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, mediante fornecimento parcelado, conforme demanda efetiva da Administração, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

3.2. A solução adotada contempla o fornecimento de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, abrangendo todas as etapas necessárias ao adequado atendimento da necessidade institucional, incluindo fornecimento, transporte, entrega, substituição de itens defeituosos e demais obrigações decorrentes da execução contratual.

3.3. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas, sanitárias e de qualidade exigidas pela legislação vigente, especialmente as normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Agência Nacional de Mineração – ANM, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e demais normas aplicáveis.

3.4. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução proposta busca assegurar o abastecimento contínuo da Administração, mediante fornecimento sob demanda, com observância de requisitos de qualidade, sustentabilidade, eficiência logística, redução de desperdícios e adequada gestão do consumo institucional.

3.5. A contratação deverá observar práticas que promovam a sustentabilidade ambiental, especialmente quanto à utilização de embalagens adequadas, correta destinação de resíduos sólidos e incentivo à participação de fornecedores que adotem práticas sustentáveis compatíveis com a legislação vigente e com o Plano de Logística Sustentável do TCE/AP.

3.6. A solução compreende os seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	EMBALAGEM	CATMAT	QUANTIDADE ESTIMADA	V. UNIT.	V. TOTAL
------	---------------	-----------	--------	------------------------	----------	----------

**Divisão de Planejamento das Contratações**

1	Água mineral natural sem gás	Garrafa PET 1,5L — pacote contendo 06 unidades	445484	4.700 pacotes	R\$ 16,57	R\$ 77.886,83
2	Água mineral natural sem gás	Garrafa PET 350ml — pacote contendo 12 unidades	445484	2.500 pacotes	R\$ 15,88	R\$ 39.687,50
<b>ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 117.574,33</b>	

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A água mineral fornecida deverá atender integralmente ao Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841/1945), às normas da Agência Nacional de Mineração – ANM, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e demais normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

4.2. Os produtos deverão apresentar características físico-químicas e microbiológicas adequadas ao consumo humano, não podendo conter concentrações de substâncias em desacordo com os limites estabelecidos na legislação vigente.

4.3. As embalagens deverão estar íntegras, lacradas, sem sinais de violação, vazamento, deformação, avarias ou qualquer condição que comprometa a qualidade, segurança ou consumo do produto.

4.4. Os rótulos deverão conter informações obrigatórias previstas na legislação aplicável, incluindo, no mínimo:

4.4.1. Identificação da fonte;

4.4.2. Composição química, quando exigível;

4.4.3. Data de envase;

4.4.4. Prazo de validade;

4.4.5. Identificação do fabricante;

4.4.6. Número do lote;

4.4.7. Registros e demais informações obrigatórias.

4.5. Os produtos deverão possuir prazo de validade compatível com sua utilização, observando-se período remanescente mínimo correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade na data da entrega.

**Divisão de Planejamento das Contratações**

4.6. A contratada responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 — Código de Defesa do Consumidor.

4.7. Os produtos que apresentarem defeitos, avarias, desconformidades ou características divergentes das exigidas deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação formal.

**4.8. Subcontratação**

4.8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando a natureza do objeto e a necessidade de responsabilização direta da contratada quanto à qualidade e regularidade do fornecimento.

**4.9. Garantia da contratação**

4.9.1. Não será exigida garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a baixa complexidade da contratação e a ausência de riscos que justifiquem a imposição da medida.

**4.10. Sustentabilidade**

4.10.1. A contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos na legislação vigente, no Plano de Logística Sustentável – PLS do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP e demais normas correlatas.

4.10.2. Será incentivado o fornecimento de produtos e embalagens produzidos com materiais recicláveis ou ambientalmente adequados, bem como a adoção de práticas voltadas à redução de impactos ambientais.

**4.11. Da Participação em consórcio**

4.11.1. Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, considerando que o objeto possui baixa complexidade técnica, ampla disponibilidade no mercado e pode ser executado satisfatoriamente por empresas que atuem individualmente no ramo pertinente ao objeto, sem comprometimento da competitividade.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Condições de fornecimento**

5.1.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

5.1.2. A Administração não estará obrigada a adquirir a totalidade dos quantitativos estimados registrados, constituindo-se estes mera expectativa de consumo.

5.1.3. As quantidades serão solicitadas conforme necessidade efetiva do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, observando-se critérios de conveniência administrativa,

**Divisão de Planejamento das Contratações**

disponibilidade orçamentária e demanda institucional.

**5.2. Prazo e local de entrega**

5.2.1. A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

5.2.2. Em situações excepcionais devidamente justificadas pela Administração, especialmente para atendimento de eventos institucionais, sessões plenárias, cursos, reuniões ou demandas urgentes, poderá ser solicitado fornecimento em prazo inferior, mediante prévio acordo entre as partes.

5.2.3. As entregas deverão ocorrer nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, em local previamente indicado pela Divisão de Material e Patrimônio – DMP, em dias úteis, durante o horário de expediente.

5.2.4. Os custos relativos a transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias ao fornecimento correrão integralmente por conta da contratada.

**5.3. Recusa e substituição dos produtos**

5.3.1. Serão recusados produtos que apresentem:

- 5.3.1.1. Embalagem violada, avariada ou deformada;
- 5.3.1.2. Indícios de contaminação;
- 5.3.1.3. Prazo de validade inadequado;
- 5.3.1.4. Divergência entre o produto entregue e a especificação contratada;
- 5.3.1.5. Qualquer desconformidade com as exigências deste Termo de Referência.

5.3.2. Os itens recusados deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da notificação formal, sem qualquer ônus adicional à Administração.

**5.4. Execução contínua e prevenção ao desabastecimento**

5.4.1. Considerando que a presente contratação decorre do cancelamento de itens anteriormente registrados em Ata de Registro de Preços e visa evitar descontinuidade do abastecimento institucional, a contratada deverá manter capacidade operacional, logística e comercial compatível com a demanda estimada durante toda a vigência da contratação.

5.4.2. Eventuais dificuldades de fornecimento deverão ser comunicadas formalmente à fiscalização contratual imediatamente após sua identificação, acompanhadas das respectivas justificativas e medidas corretivas adotadas.

**5.5. Recebimento do objeto**

5.5.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência preliminar dos quantitativos, integridade das embalagens e condições aparentes dos produtos.

### **Divisão de Planejamento das Contratações**

5.5.2.O recebimento definitivo ocorrerá após verificação detalhada da conformidade dos produtos com as especificações previstas neste Termo de Referência, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento provisório.

5.5.3.O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios aparentes ou ocultos, nem pela qualidade dos produtos fornecidos.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A fiscalização contratual será exercida com a finalidade de verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto:

6.2.1.À conformidade dos produtos fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

6.2.2.Ao cumprimento dos prazos de entrega;

6.2.3.À qualidade dos produtos entregues;

6.2.4.À regularidade documental da contratada;

6.2.5.Ao atendimento das exigências legais, sanitárias e contratuais;

6.2.6.À adoção das medidas necessárias para evitar descontinuidade do abastecimento institucional.

### **6.3. Fiscalização técnica**

6.3.1.Acompanhar a execução do objeto;

6.3.2.Verificar quantitativos, especificações e qualidade dos produtos fornecidos;

6.3.3.Registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

6.3.4.Comunicar formalmente à contratada de irregularidades constatadas;

6.3.5.Propor aplicação de medidas corretivas quando identificadas inconformidades.

### **6.4. Fiscalização administrativa**

6.4.1.Acompanhar aspectos administrativos relacionados à contratação;

6.4.2.Verificar manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual;

6.4.3.Subsidiar a instrução processual relativa a pagamentos, alterações, sanções e demais atos administrativos.

### **6.5. Comunicação entre as partes**

6.5.1.As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente

**Divisão de Planejamento das Contratações**

por meio eletrônico, sem prejuízo de outros meios formalmente admitidos.

6.5.2.A contratada deverá manter atualizados durante toda a vigência da contratação:

- 6.5.2.1. Endereço;
- 6.5.2.2. Telefone para contato;
- 6.5.2.3. Endereço eletrônico (e-mail);
- 6.5.2.4. Representante/preposto responsável pelo atendimento das demandas.

**6.6. Ocorrências e medidas corretivas**

6.6.1.As ocorrências verificadas durante a execução contratual deverão ser registradas formalmente pelo fiscal do contrato, podendo ensejar solicitação de correções, notificações, aplicação de penalidades e adoção de outras medidas previstas na legislação e neste Termo de Referência.

6.6.2.Considerando o histórico de cancelamento parcial da Ata de Registro de Preços anteriormente vigente, a fiscalização deverá acompanhar especialmente situações que possam comprometer a continuidade do fornecimento, comunicando imediatamente quaisquer riscos de desabastecimento à Administração.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento parcelado de bens de consumo mediante Sistema de Registro de Preços, a aferição da execução contratual para fins de pagamento ocorrerá com base nos quantitativos efetivamente fornecidos pela contratada, observadas as especificações técnicas, condições de entrega e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**7.2. O recebimento dos produtos será realizado em duas etapas:**

7.2.1.**Recebimento provisório:** ocorrerá no momento da entrega, mediante conferência preliminar dos quantitativos, integridade das embalagens, identificação dos produtos e verificação das condições aparentes dos itens fornecidos.

7.2.2.**Recebimento definitivo:** ocorrerá após análise detalhada pelo servidor responsável pela fiscalização contratual, mediante verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à qualidade, validade, regularidade das embalagens e demais requisitos exigidos para aceitação do objeto.

7.2.3.Não serão recebidos, atestados ou pagos produtos entregues em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste instrumento, incluindo produtos com embalagens avariadas, violadas, com indícios de contaminação, validade inadequada ou qualquer condição que comprometa sua utilização.

7.2.4.Após o recebimento definitivo e o correspondente ateste da execução pelo fiscal do

### **Divisão de Planejamento das Contratações**

contrato, a contratada deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura contendo os elementos necessários à identificação do objeto, quantitativos fornecidos e demais informações exigidas pela legislação aplicável.

7.2.5. O prazo para liquidação da despesa será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, nos termos da Resolução Executiva nº 111/2023-TCE/AP. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, mediante crédito em conta bancária indicada pela contratada.

7.2.6. Caso seja identificada inconsistência na documentação apresentada, erro na emissão da Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação regular da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da situação, não acarretando ônus à Administração.

7.2.7. Considerando o histórico de cancelamento parcial da Ata de Registro de Preços anteriormente vigente, os pagamentos permanecerão vinculados ao efetivo cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto à regularidade do fornecimento, observância dos prazos estabelecidos e manutenção das condições de execução contratual, visando assegurar a continuidade do abastecimento institucional.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DO FORNECEDOR**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços – SRP**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e regulamentação interna aplicável ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP. A escolha da modalidade decorre da natureza do objeto, classificado como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

8.2. A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da impossibilidade de definição precisa dos quantitativos efetivamente demandados ao longo do exercício, permitindo aquisições futuras conforme necessidade da Administração e proporcionando maior eficiência no gerenciamento do abastecimento institucional.

8.3. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, considerando a natureza divisível do objeto e a necessidade de ampliação da competitividade, permitindo a participação do maior número possível de fornecedores aptos ao atendimento das especificações estabelecidas.

8.4. A adoção do julgamento por item mostra-se tecnicamente adequada ao caso concreto, considerando que os produtos possuem autonomia funcional e características individualizáveis, não havendo dependência técnica entre os itens que justifique agrupamento em lote.

8.5. Em razão das circunstâncias que motivaram a presente contratação — especialmente a

### **Divisão de Planejamento das Contratações**

inviabilidade de manutenção dos preços anteriormente registrados e o cancelamento parcial da Ata de Registro de Preços nº 22/2025-TCE/AP — deverão ser observados critérios rigorosos de análise de exequibilidade das propostas apresentadas, de modo a reduzir riscos de futura inexecução contratual, desistência de fornecedores e descontinuidade do abastecimento institucional.

8.6. Para fins de habilitação, deverão ser exigidos os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme exigências previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

8.7. Considerando a natureza do objeto e a ampla disponibilidade de fornecedores atuantes no mercado, não será admitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, uma vez que tal medida não se mostra necessária à ampliação da competitividade e poderá restringir a disputa ou comprometer a eficiência do certame.

8.8. Reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte.

8.8.1. Considerando a natureza divisível do objeto e observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da legislação aplicável.

8.8.2. A participação será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte nos itens cujo valor estimado seja igual ou inferior ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que haja competitividade suficiente e vantajosidade para a Administração.

8.8.3. Não haverá reserva de cota adicional prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que os itens serão disputados individualmente e poderão ser integralmente destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme enquadramento do valor estimado.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Foram utilizadas cotações obtidas junto às empresas R.G de Andrade Ltda, Alpha Empreendimentos, H.T.C do Vale e A N Gomes Ltda, bem como pesquisa em contratações públicas constantes do Sistema Banco de Preços e consulta ao Portal Compras.gov.br (Pesquisa nº 8/2026-TCE/AP).

9.2. Foram utilizadas cotações obtidas junto às empresas **R.G de Andrade Ltda, Alpha Empreendimentos, H.T.C do Vale e A N Gomes Ltda**, bem como pesquisa em contratações públicas constantes do Sistema Banco de Preços.

9.3. Os valores unitários e totais estimados constam do Mapa Comparativo de Preços juntado aos autos, resultando no **valor estimado total da contratação de R\$ 117.574,33 (cento e dezessete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos)**.

9.3.1. O valor estimado apurado na presente pesquisa de preços é superior ao registrado na

**Divisão de Planejamento das Contratações**

Ata de Registro de Preços nº 22/2025-TCE/AP, cujo valor total dos itens ora licitados correspondia a R\$ 74.500,00. A variação decorre da defasagem entre os preços originalmente registrados e os valores atualmente praticados no mercado, circunstância que foi precisamente um dos fatores determinantes para o cancelamento parcial da ata anterior e a abertura do presente procedimento, conforme documentado nos movimentos 10 a 14 do Processo TC/003459/2026 e formalizado pelo Despacho da Presidência nº 42391/2026."

9.4. Após a coleta dos preços, procedeu-se à análise crítica dos valores obtidos, mediante cálculo da média aritmética simples das 6 (seis) fontes e verificação da dispersão dos preços pesquisados, não sendo identificados valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados que comprometessem a representatividade da pesquisa.

9.5. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, bem como por reajuste ou repactuação, quando cabível, conforme critérios definidos no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes das futuras aquisições oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP.

10.2. Considerando a natureza da contratação por meio do Sistema de Registro de Preços — SRP, a indicação da dotação orçamentária será exigida somente quando da formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira existente à época da emissão da respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

10.3. A contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA/2026 do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, estando a necessidade institucional previamente planejada e compatibilizada com as ações de manutenção e funcionamento desta Corte de Contas.

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Constituem obrigações da contratada, além das demais previstas na legislação aplicável e neste Termo de Referência, executar o objeto contratado em estrita observância às especificações técnicas, condições, prazos e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

11.2. A contratada deverá fornecer produtos em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores competentes, especialmente ANVISA, ANM, INMETRO e demais normas aplicáveis ao objeto, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, integridade e segurança dos produtos fornecidos.

### **Divisão de Planejamento das Contratações**

11.3. Os produtos deverão ser entregues nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, em embalagens íntegras, devidamente lacradas, sem avarias ou qualquer condição que comprometa sua qualidade, conservação ou utilização.

11.4. A contratada deverá providenciar, às suas expensas, todas as atividades necessárias ao adequado fornecimento dos produtos, incluindo transporte, carga, descarga, logística de distribuição, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos incidentes sobre a execução contratual.

11.5. Eventuais produtos entregues em desconformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência, que apresentem vícios, avarias, defeitos, contaminação, irregularidades sanitárias ou quaisquer outras falhas que comprometam sua utilização, deverão ser substituídos no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da notificação formal emitida pela fiscalização, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

11.6. A contratada deverá manter durante toda a vigência da contratação as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, apresentando documentação atualizada sempre que solicitada pela Administração.

11.7. A contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer situação superveniente que possa comprometer a execução contratual, especialmente fatos relacionados à indisponibilidade de estoque, dificuldades operacionais, alteração da capacidade de fornecimento ou qualquer circunstância que possa gerar risco à continuidade do abastecimento institucional.

11.8. Considerando que a presente contratação decorre do cancelamento parcial de Ata de Registro de Preços anteriormente vigente, a contratada deverá manter capacidade operacional, comercial e logística compatível com os quantitativos registrados, adotando medidas preventivas que evitem interrupções, atrasos ou situações que comprometam a continuidade do fornecimento.

11.9. A contratada deverá guardar sigilo sobre informações eventualmente obtidas em razão da execução contratual e observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei nº 13.709/2018), quando aplicável.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Constituem obrigações da contratante, além das demais previstas na legislação aplicável e neste Termo de Referência, assegurar as condições necessárias ao adequado acompanhamento e execução do objeto contratado, visando o atendimento eficiente da demanda institucional.

12.2. A contratante deverá fornecer à contratada todas as informações necessárias à execução do objeto, incluindo orientações relacionadas aos locais de entrega, quantitativos solicitados, cronograma das demandas e demais esclarecimentos indispensáveis ao regular fornecimento

**Divisão de Planejamento das Contratações**

dos produtos.

12.3. Compete à Administração acompanhar, fiscalizar e verificar a execução contratual, por meio de servidor formalmente designado, observando o cumprimento das especificações técnicas, quantitativos solicitados, qualidade dos produtos fornecidos e demais condições estabelecidas neste instrumento.

12.4. A contratante deverá comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades identificadas durante a execução do objeto, fixando prazo razoável para adoção das medidas corretivas cabíveis.

12.5. Receber provisória e definitivamente os produtos fornecidos, desde que atendidas as exigências previstas neste Termo de Referência, procedendo à conferência dos quantitativos, integridade das embalagens e conformidade dos itens entregues.

12.6. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, após o recebimento definitivo do objeto, ateste da execução pelo fiscal responsável e cumprimento das demais exigências previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

12.7. Aplicar, quando cabível, as medidas administrativas e sanções previstas em lei e neste instrumento, nos casos de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

12.8. Considerando o histórico que motivou a presente contratação, a Administração deverá acompanhar continuamente a execução do fornecimento, adotando medidas preventivas e corretivas destinadas a reduzir riscos de desabastecimento e assegurar a continuidade do atendimento das necessidades institucionais.

### **13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, inclusive das condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos dela decorrentes, sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

13.2. Constituem, entre outras hipóteses, situações passíveis de aplicação de penalidades:

13.2.1. Atraso injustificado no fornecimento dos produtos;

13.2.2. Fornecimento de itens em desacordo com as especificações estabelecidas;

13.2.3. Não substituição de produtos recusados ou defeituosos dentro do prazo estabelecido;

13.2.4. Inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

13.2.5. Apresentação de documentação falsa;

13.2.6. Comportamento inidôneo;

13.2.7. Descumprimento das condições de habilitação exigidas;

**Divisão de Planejamento das Contratações**

13.2.8. Prática de atos que comprometam a regular execução contratual.

13.3. Considerando o histórico que motivou a presente contratação, especialmente o cancelamento parcial da Ata de Registro de Preços anteriormente vigente em razão da impossibilidade de continuidade do fornecimento, será considerada circunstância de especial gravidade qualquer conduta que gere risco concreto de interrupção do abastecimento institucional, inclusive omissões relacionadas à comunicação prévia de dificuldades operacionais ou incapacidade de atendimento das demandas registradas.

13.4. Poderão ser aplicadas, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, as seguintes sanções:

13.4.1. Advertência;

13.4.2. Multa;

13.4.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

13.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. A aplicação das penalidades observará a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos causados à Administração, as circunstâncias do caso concreto, a vantagem obtida ou pretendida pelo infrator, a reincidência e demais critérios estabelecidos pela legislação aplicável.

13.6. As sanções eventualmente aplicadas serão registradas na forma da legislação vigente e não afastam a possibilidade de rescisão contratual, aplicação de outras medidas administrativas ou eventual responsabilização por perdas e danos.

#### **14. DO REAJUSTE, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

14.1. Considerando que a presente contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os valores praticados pelo mercado durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

14.2. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses legalmente previstas, mediante solicitação devidamente fundamentada e instruída com documentação comprobatória, quando ocorrer fato superveniente capaz de alterar significativamente os custos relacionados à execução do objeto, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

14.3. A Administração poderá promover diligências e pesquisas complementares destinadas à verificação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, especialmente quando identificados indícios de oscilação relevante dos valores praticados no mercado.

14.4. Caso seja constatado que os preços registrados tornaram-se superiores aos valores praticados no mercado, a Administração poderá adotar as medidas necessárias à renegociação dos valores registrados ou demais providências legalmente cabíveis.

14.5. Na hipótese de inviabilidade de manutenção dos preços registrados ou ocorrência de

**Divisão de Planejamento das Contratações**

situações que comprometam a continuidade da execução contratual, poderão ser adotados os procedimentos previstos na legislação e nos instrumentos convocatórios aplicáveis.

14.6. Considerando que a presente contratação decorre de cancelamento parcial de Ata de Registro de Preços anteriormente vigente em razão da inviabilidade de manutenção das condições inicialmente registradas, a Administração deverá acompanhar a evolução dos preços praticados no mercado durante a vigência da Ata, buscando reduzir riscos de desequilíbrio econômico-financeiro, desistências ou situações que comprometam a continuidade do abastecimento institucional.

**15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES**

15.1. A presente contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços – ARP, instrumento destinado ao registro formal dos preços, fornecedores, quantitativos estimados e demais condições resultantes do procedimento licitatório, visando futuras contratações conforme necessidade da Administração.

15.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados e observadas as disposições legais aplicáveis.

15.3. O registro dos preços não gera direito subjetivo à contratação imediata ou integral dos quantitativos registrados, constituindo mera expectativa de fornecimento, ficando a efetiva contratação condicionada à necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e conveniência da Administração.

15.4. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência correspondem a estimativas elaboradas com base no histórico de consumo institucional e projeção da demanda futura, não representando obrigação de aquisição integral por parte da Administração.

15.5. A contratação decorrente da Ata será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, observadas as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

15.6. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes observará as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021 e regulamentação interna aplicável ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, condicionada à prévia autorização do órgão gerenciador, anuência do fornecedor beneficiário e demonstração da vantajosidade da adesão.

15.7. A Administração deverá acompanhar a execução da Ata durante toda sua vigência, especialmente quanto à manutenção das condições inicialmente registradas, considerando que a presente contratação decorre de situação excepcional relacionada ao cancelamento parcial de ata anteriormente vigente, circunstância que evidenciou a necessidade de acompanhamento contínuo dos preços e da capacidade de fornecimento da futura contratada.

**Divisão de Planejamento das Contratações**

**16. DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, às regulamentações internas aplicáveis ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, às boas práticas de planejamento das contratações públicas e às diretrizes estabelecidas nos instrumentos institucionais vigentes.

16.2. A presente contratação decorre de necessidade administrativa específica relacionada ao restabelecimento do fornecimento regular de água mineral no âmbito desta Corte de Contas, em razão do cancelamento parcial da Ata de Registro de Preços nº 22/2025-TCE/AP, situação que evidenciou a necessidade de adoção de novo procedimento licitatório para assegurar a continuidade do abastecimento institucional.

16.3. Todos os documentos produzidos durante a fase preparatória da contratação, incluindo Estudo Técnico Preliminar, pesquisa de preços, mapa comparativo, manifestações técnicas, pareceres e demais documentos instrutórios, passam a integrar o processo administrativo correspondente, independentemente de transcrição integral neste Termo de Referência.

16.4. As disposições constantes neste instrumento deverão ser interpretadas em conjunto com o Edital, Ata de Registro de Preços e demais documentos que compõem a contratação, prevalecendo sempre o interesse público, a observância da legislação vigente e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e economicidade.

16.5. Os casos omissos eventualmente identificados durante a execução contratual serão resolvidos pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**17. RESPONSÁVEIS**

17.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva nº 108/2023–TCE/AP.

Macapá/AP, 28 de maio de 2026.

**Elaborador:**

**JOSÉ ROBERTO SOSINHO DE ARAÚJO JÚNIOR**  
Divisão de Planejamento das Contratações  
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

**De acordo:**

**SIMONE APARECIDA ZANATTA**  
Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações  
(assinado eletronicamente pelo e -TCE)



**Tribunal de Contas  
do Estado do Amapá**

**Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC**

## **MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

*Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução Executiva nº 103/2023 – TCE/AP*

### **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**Número do Artefato:** 017/2026-DPLANC/TCE-AP

**UASG:** 927045 – Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP

**Área Requisitante:** Divisão de Material e Patrimônio – DMP

**Número do Processo:** TC/ 003459/2026

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de água mineral natural sem gás, nas apresentações de garrafa PET 1,5L (pacote c/ 6 unidades) e garrafa PET 350ml (pacote c/ 12 unidades), destinada ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, mediante Pregão Eletrônico na forma SRP, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência integrante dos autos.

### **1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1. Este Mapa de Gerenciamento de Riscos foi elaborado em conformidade com os artigos 6º, XXVII; 11; 18; e 169 da **Lei nº 14.133/2021**, que tratam da gestão de riscos como instrumento de governança nas contratações públicas, e com os critérios estabelecidos pela **Resolução Executiva nº 103/2023 – TCE/AP**, que regulamenta a análise e o tratamento de riscos no âmbito do Tribunal.

### **2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

2.1. A análise de riscos contempla:

- **Identificação dos riscos** por fase da contratação;
- **Classificação da probabilidade de ocorrência** (muito baixa a muito alta);
- **Classificação do impacto** (muito baixo a muito alto);
- **Cálculo do nível de risco** (probabilidade × impacto);
- **Definição de ações preventivas e de contingência;**
- **Indicação dos responsáveis pelo monitoramento e tratamento.**

### 3. LEGENDA DE NÍVEL DE RISCO

LEGENDA NÍVEL DE RISCO		PROBABILIDADE				
BAIXO		1. MUITO BAIXA	2. BAIXA	3. MÉDIA	4. ALTA	5. MUITO ALTA
MÉDIO						
ALTO						
EXTREMO						
IMPACTO	5 - MUITO ALTO					
	4 - ALTO					
	3 - MÉDIO					
	2 - BAIXO					
	1 - MUITO BAIXO					

MATRIZ DE CÁLCULO DE RISCO, SENDO	EXTREMO: > 15 A 20;	ALTO: > 8 A 12;	MÉDIO: 3 A 6;	BAIXO: > 1 A 2
-----------------------------------	------------------------	--------------------	------------------	-------------------

#### 4. MAPA DE RISCOS

ANÁLISE DESCRITIVA DO RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	DANO POTENCIAL	AÇÃO PREVENTIVA / TRATAMENTO / MITIGAÇÃO (RESPONSABILIDADE PRIMÁRIA)	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA (RESPONSABILIDADE PRIMÁRIA)	RESPONSÁVEL (MITIGAÇÃO)
<b>Estimativa de preços abaixo dos valores de mercado:</b> fixação de preço máximo defasado em relação ao mercado regional, repetindo a condição que inviabilizou a ARP nº 22/2025-TCE/AP, cujos remanescentes recusaram fornecer pelos preços originalmente registrados.	2 (Baixa)	5 (Muito Alto)	10 (Alto)	Nova licitação fracassada ou deserta; repetição do cenário de desabastecimento; necessidade de nova pesquisa e novo certame; prejuízo à continuidade administrativa.	Pesquisa de preços com múltiplas fontes (Compras.gov.br, cotações locais e Banco de Preços); aplicação de fator de ajuste regional para Macapá/AP; comparativo com histórico da ARP 22/2025; atualização da pesquisa imediatamente antes da publicação do edital.	Revisão da estimativa de preços antes da publicação; suspensão do certame para nova pesquisa; ajuste do preço máximo com justificativa técnica nos autos.	DPLANC / DMP
<b>Licitação deserta ou fracassada por ausência de interessados:</b> insuficiência de licitantes dispostos a fornecer nas condições do edital, considerando que, no certame anterior (Pregão nº 04/2025), todos os 12 fornecedores remanescentes	3 (Média)	4 (Alto)	12 (Alto)	Atraso na formalização da ARP; desabastecimento institucional prolongado; necessidade de novo certame ou contratação emergencial.	Verificação prévia de mercado fornecedor em Macapá/AP antes da publicação; preços máximos compatíveis com a realidade regional; especificações sem restrição a marcas; prazo de entrega realista; ampla divulgação do certame.	Realização de novo pregão com preços revisados; contratação emergencial com fundamento no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, caso comprovado risco de desabastecimento institucional.	DPLANC / Agente de Contratação



# Tribunal de Contas do Estado do Amapá

Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC

consultados declinaram do fornecimento.							
<b>Apresentação de proposta com preço inexecutable (subcotação artificial):</b> oferta de preço significativamente abaixo do estimado, sem correspondência com os custos reais de fornecimento, com risco de inadimplemento posterior idêntico ao verificado na ARP nº 22/2025-TCE/AP.	3 (Média)	5 (Muito Alto)	15 (Extremo)	Registro de preço que não se sustenta na execução; recusa ou impossibilidade de fornecimento pelo detentor da ARP; novo desabastecimento institucional; necessidade de cancelamento parcial e novo certame.	Inserção de cláusula de análise de exequibilidade no edital; exigência de justificativa para proposta abaixo de 80% do preço estimado; verificação de SICAF e histórico de penalidades do licitante; formação de cadastro de reserva robusto.	Diligência junto ao licitante para comprovação de exequibilidade; desclassificação em caso de não comprovação; convocação do cadastro de reserva; cancelamento do registro e novo certame se necessário.	Agente de Contratação / DPLANC
<b>Impossibilidade superveniente de fornecimento pelo detentor da ARP:</b> situação em que o fornecedor registrado se torna incapaz de cumprir as obrigações assumidas por encerramento de atividades, problemas operacionais ou financeiros.	3 (Média)	5 (Muito Alto)	15 (Extremo)	Interrupção imediata do fornecimento de água mineral; desabastecimento institucional; necessidade de cancelamento parcial da ARP e abertura de novo procedimento licitatório; impacto nas atividades administrativas e de atendimento ao público.	Formação de cadastro de reserva com fornecedores classificados dispostos a fornecer nas mesmas condições; monitoramento semestral da situação cadastral e operacional do fornecedor; verificação periódica de regularidade no SICAF e CNPJ.	Convocação imediata do cadastro de reserva; cancelamento parcial da ARP com fundamento nos arts. 82 e 84 da Lei nº 14.133/2021; contratação emergencial por dispensa (art. 75, VIII) para garantir continuidade do abastecimento; instauração de processo sancionador apartado.	Gestor de Contrato
<b>Atraso na entrega dos</b>	3 (Média)	3 (Médio)	9 (Alto)	Desabastecimento temporário;	Fixação de prazo de	Notificação formal ao	Fiscal Técnico /

<p><b>produtos:</b> descumprimento do prazo fixado no Termo de Referência para atendimento das Ordens de Fornecimento, em razão de problemas logísticos, falta de estoque ou falhas na gestão do pedido pelo fornecedor.</p>				comprometimento de reuniões, sessões plenárias e atividades administrativas; necessidade de aquisição emergencial de cobertura.	entrega realista no TR (mínimo 5 dias úteis); exigência de comunicação prévia em caso de impedimento com antecedência mínima de 48 horas; acompanhamento sistemático das Ordens de Fornecimento pelo Fiscal Técnico designado.	fornecedor; aplicação de multa moratória conforme TR; busca de fornecedor substituto no mercado local para cobertura emergencial; convocação do cadastro de reserva se o atraso for reiterado.	Gestor de Contrato
<p><b>Defasagem dos preços registrados em relação ao mercado durante a vigência da ARP:</b> deterioração da vantajosidade dos preços registrados em razão da variação do mercado ao longo da vigência, considerando que a pesquisa de preços atual já evidenciou acréscimo de 30,4% em relação aos valores da ARP nº 22/2025-TCE/AP.</p>	3 (Média)	4 (Alto)	12 (Alto)	Impossibilidade de renovação da ARP com os preços originalmente registrados; necessidade de novo certame antes do término da vigência; fornecedor demandando revisão ou se recusando a fornecer.	Inserção de cláusula de reajuste anual pelo IPCA na ARP e no edital; monitoramento semestral dos preços de mercado pelo gestor; pesquisa de preços atualizada obrigatória para eventual prorrogação; previsão expressa de procedimento de renegociação na ARP.	Negociação de redução ou revisão do preço registrado conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021; cancelamento do registro e abertura de novo certame se inviável a negociação; contratação emergencial pelo período necessário à nova licitação.	Gestor de Contrato / DPLANC

## 5. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO

5.1. Declara-se, para os devidos fins, que o presente Mapa de Gerenciamento de Riscos foi elaborado pela **Divisão de Planejamento das Contratações**, com apoio técnico da **Divisão de Material e Patrimônio - DMP**, setores desta Corte de Contas, conforme as diretrizes legais e Executivas vigentes.



**Tribunal de Contas  
do Estado do Amapá**

**Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC**

Macapá/AP, 26 de maio de 2026.

**NAIARA BETANIA VASQUES VIANA**

Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE/AP

***(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)***

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. XXX/2026-TCE/AP**

**PROCESSO ELETRÔNICO N. TC/003459/2026-TCE/AP**

**PREGÃO, na forma ELETRÔNICA-SRP N. XXX/2026-TCE/AP**

**VALIDADE: 12 (doze) meses**

**HIPÓTESE PARA A ADOÇÃO DO SRP:** Art. 3º, incisos I e III do Decreto Estadual n.º 1.716/2023.

**O Tribunal de Contas do Estado do Amapá-TCE/AP**, inscrito no CNPJ n. 34.870.246/0001-36, com sede na Avenida FAB, 900, Centro, na cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP. 68.906-922, site: [www.tce.ap.gov.br](http://www.tce.ap.gov.br), doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado por seu Presidente, **Conselheiro REGINALDO PARNOW ENNES**, considerando a homologação da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA n. XXX/2026-TCE/AP, em XX/XX/2026, constantes nos autos do Processo Eletrônico n. TC/003459/2026-TCE/AP, **RESOLVE:** registrar os preços da empresa indicada e qualificada na Ata de Registro de Preços nº XXX/2026-TCE/AP, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas especificações e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às disposições do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar Estadual n.º 108/2018, Decreto Federal n.º 8.538/2015, Decreto Estadual n.º 1.715/2023, Decreto Estadual n.º 1.716/2023, e nas Resoluções Executivas do TCE/AP, disponível para acesso no endereço eletrônico: <https://www.tce.ap.gov.br/normas-e-legislacoes> e, subsidiariamente, no que couber, pela Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC), legislação correlata e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de água mineral natural sem gás, destinada ao atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico correspondente e demais anexos integrantes do procedimento licitatório.

1.2. A contratação decorre da necessidade de restabelecimento do abastecimento institucional de água mineral, considerando o cancelamento parcial da Ata de Registro de Preços nº 22/2025-TCE/AP, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2025-TCE/AP, relativamente aos itens referentes às apresentações de 1,5L e 350ml, conforme motivação constante do Processo TC/003459/2026-TCE/AP e do Estudo Técnico Preliminar aprovado pela Presidência desta Corte de Contas.

1.3. O objeto desta contratação caracteriza-se como fornecimento de bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo executado mediante fornecimento parcelado, conforme demanda da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

1.4. O registro de preços não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos estimados, constituindo mera expectativa de fornecimento ao beneficiário registrado, podendo o TCE/AP realizar as aquisições de acordo com sua necessidade, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, observado o disposto na legislação aplicável.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos estimados da presente Ata encontram-se descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CATMAT	V. UNIT.	V. TOTAL
	Água mineral natural, SEM GÁS. Garrafa PET 1,5L. Pacote com 6 (seis) unidades.	PCT	4.700	445484		
	Água mineral natural, SEM GÁS. Garrafa PET 350ml. Pacote com 12 (doze) unidades.	PCT	2.500	445484		
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>						

2.2. O fornecedor classificado é o seguinte:

<b>1ª Classificada – Empresa detentora da ARP</b>		
Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Endereço Eletrônico:		Telefone:
Representante:		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF:		CPF n.º:

2.3. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o objeto registrado nesta ATA pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará o Cadastro Reserva, consoante os incisos I e III, §2º do art.13 do Decreto Estadual n.º 1.716/2023.

2.4. Aceitaram a fornecer o objeto registrado nesta ATA pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, os seguintes fornecedores:

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	ITEM	QUANTIDADE REGISTRADA	VALOR EXPRESSO EM R\$	
				UNITÁRIO	TOTAL

2.5. O valor total estimado da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ XXX (\_\_\_\_\_).

2.6. Os quantitativos registrados possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de contratação mínima ou integral por parte da Administração, nos termos do Sistema de Registro de Preços previsto no art.

82 da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Os produtos deverão observar integralmente as especificações técnicas previstas no Termo de Referência e atender às exigências sanitárias, microbiológicas e de qualidade estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Agência Nacional de Mineração – ANM, INMETRO e demais normas aplicáveis ao objeto.

2.8. Os preços registrados compreendem todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive tributos, fretes, transporte, carga, descarga, seguros, embalagens, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o fornecimento.

2.9. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses legalmente previstas, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, das normas internas do TCE/AP e das condições estabelecidas no instrumento convocatório.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ, que exercerá suas atribuições por intermédio da Coordenadoria de Compras e Contratos.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### **4. DAS ADESÕES A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. Para Órgão Gerenciador realizar manifestação sobre a possibilidade de adesão, os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços deverão encaminhar solicitação através do **Portal de Compras do Governo Federal [Compras.gov.br](http://compras.gov.br)**, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. Número do pregão eletrônico, número da ata de registro de preços, especificação técnica do item na ARP, marca, modelo, fabricante, quantidade solicitada, valor unitário e valor total da solicitação.

a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de fornecimento.

b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

c) Ofício assinado pela autoridade competente do órgão ou entidade não participante, formalizando o pedido de adesão e autorizando expressamente a realização da contratação.

d) Aceitação prévia do fornecedor beneficiário da ata de registro de preços.

4.2.2. Caberá ao fornecedor observar as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor:

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3.2. O órgão gerenciador não concederá nova autorização de adesão ao órgão, entidade ou unidade

orçamentária que não tenha consumido ou contratado o quantitativo anteriormente liberado, nos termos do art. 25, §5º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

4.3.3. O órgão ou entidade não participante que solicitar adesão à presente Ata de Registro de Preços deverá apresentar, como condição para análise do pedido pelo órgão gerenciador, pesquisa de preços elaborada em conformidade com a Instrução Normativa CLC/PGE nº 001/2021, recepcionada no âmbito do TCE/AP pelo art. 1º, item "I", da Resolução Executiva nº 100/2023-TCE/AP, demonstrando a compatibilidade entre os valores registrados nesta Ata e os praticados no mercado na data da solicitação. A apresentação da pesquisa de preços é requisito obrigatório em todos os procedimentos de adesão, sem possibilidade de dispensa.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **4.7. Da renovação de quantitativos na prorrogação:**

4.7.1. Por ocasião da eventual prorrogação da vigência da presente Ata de Registro de Preços, é admitida a renovação dos quantitativos originalmente registrados para novo ciclo anual, mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

4.7.1.1. Comprovação documentada de que o preço registrado permanece vantajoso em relação ao mercado, mediante pesquisa de preços atualizada;

4.7.1.2. Justificativa técnica da real necessidade do quantitativo renovado, com demonstração de que ele corresponde à expectativa de consumo para o novo ciclo anual;

4.7.1.3. Formalização por termo aditivo celebrado dentro do prazo de vigência original da Ata de Registro de Preços, antes de seu termo final;

4.7.1.4. Consentimento formal do fornecedor beneficiário da ARP;

4.7.1.5. Observância do limite máximo de 2 (dois) anos de vigência total da ARP (prazo original + prorrogação), vedada qualquer renovação além desse horizonte.

4.7.2. O quantitativo renovado fica limitado ao quantitativo originalmente registrado para o ciclo anual, sendo vedada a acumulação do saldo não consumido do período original com o quantitativo renovado para o período prorrogado.

4.7.3. A renovação de quantitativos, nos termos deste item, não se confunde com o acréscimo vedado pelo art. 23 do Decreto Federal nº 11.462/2023, por representar atualização do horizonte de planejamento para o segundo período de vigência, coerente com a natureza anual do Sistema de Registro de Preços.

#### **4.8. Dos limites para as adesões:**

4.8.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de

preços.

4.8.3. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.8.4. A adesão de que trata esta seção fica condicionada à prévia consulta e anuência expressa do Órgão Gerenciador (TCE-AP), que poderá indeferir o pedido caso a adesão comprometa a execução do objeto para os órgãos participantes ou verifique a inexistência de saldo disponível, respeitados os limites estabelecidos nos itens acima.

#### **4.9. Vedação a acréscimo de quantitativos:**

4.9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

5.1.1. A prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo celebrado dentro do prazo de vigência original desta Ata, antes de seu termo final, conforme a Orientação Normativa AGU nº 89/2024, sob pena de extinção do ajuste. O prazo máximo total de vigência da Ata de Registro de Preços, incluída eventual prorrogação, é de 2 (dois) anos, vedada nova prorrogação além desse horizonte.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2.2. Mantiverem sua proposta original;

5.7.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.8. O registro a que se refere o item 5.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7.2.2, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.10.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.10.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.12. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.13. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.14. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.15. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.10, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.16. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.7.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.16.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.16.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados,

nas seguintes situações:

- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.
- 6.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso:

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.9.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Estadual n.º 1.716/2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.716/2023.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

9.1. O Órgão Gerenciador, além dos incisos consignados no art. 5º do Decreto Estadual n.º 1.716/2023, obriga-se a:

9.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços - ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da Ata, o preço, e as especificações do objeto registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

9.1.2. Observar para que, durante a vigência da presente ARP, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

9.1.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ATA;

9.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na ARP.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES PARTICIPANTES**

10.1. Não há órgãos ou entidades participantes nesta Ata de Registro de Preços, conforme declarado no item 3.2.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP**

11.1. A Adjudicada detentora da ARP, além das disposições contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, obriga-se a:

11.1.1. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone, bem como o endereço de e-mail sempre que houver alterações destes;

11.1.2. Indicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto, por intermédio de ofício endereçado a Coordenadoria de Compras e Contratos, nas ocasiões em que houver a substituição daquele anteriormente indicado na proposta definitiva de preços (Anexo II do Edital);

11.1.3. Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não do fornecimento dos materiais a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a Ata, conforme item 4.1.

11.1.4. A recusa injustificada da detentora em atender à solicitação de fornecimento formalizada pelo órgão gerenciador ou por órgão participante, dentro dos quantitativos e condições registrados nesta Ata, caracteriza inexecução parcial do ajuste e ensejará, após regular processo administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa:

11.1.4.1. A aplicação das sanções previstas no edital e na legislação vigente, especialmente aquelas estabelecidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados à Administração;

11.1.4.2. O cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 8.1.1 desta Ata, com convocação imediata dos integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento nas condições originalmente registradas;

11.1.4.3. Na hipótese de o cadastro de reserva não suprir a demanda, o órgão gerenciador adotará as medidas necessárias à obtenção do objeto por outro meio legalmente admitido, podendo imputar à detentora inadimplente os eventuais custos adicionais decorrentes da contratação emergencial, devidamente apurados e documentados nos autos.

11.1.4.4. Não se considera recusa injustificada a impossibilidade de fornecimento decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comunicada ao órgão gerenciador no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do fato, acompanhada de documentação comprobatória, sob pena de não ser reconhecida a excludente.

## **12. DAS PENALIDADES**

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que,

convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, § 2º, do Decreto n. 1.716, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, inc. V, do Decreto n. 1.716, de 2023).

12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 13. DA PUBLICIDADE

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o extrato do presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, e publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AP, nos termos da Resolução Executiva n. 106/2023–TCE/AP.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta ATA, o Edital do Pregão Eletrônico n. xx/2026-TCE/AP e as propostas, com preços, quantidades, especificações técnicas e marca/modelo;

14.2. As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

14.3. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da comarca de Macapá, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.4. Na contagem de todos os prazos estabelecidos nesta Ata excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

14.5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente administrativo.

14.6. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente administrativo, serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

14.7. O presente instrumento é celebrado por meio de assinatura eletrônica, dispensando-se a lavratura de vias físicas, nos termos da Resolução Executiva nº 108/2023-TCE/AP.

14.8. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva nº 108/2023–TCE/AP.

Macapá-AP, xx de xxxxxx de 2026.

<b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO AMAPÁ</b> Conselheiro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Presidente do TCE/AP	<b>CONTRATADA</b> CNPJ n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
---	--



**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO AMAPÁ**

***(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)***

CPF n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

***Representante Legal***

**RESPONSÁVEIS:**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva n. 108/2023 - TCE/AP, o Termo de Referência será assinado pela unidade requisitante Coordenadoria de Cerimonial e Comunicação, Divisão de planejamento das Contratações e pelo Secretário de Administração.

**Elaborado por:**

**NAIARA BETANIA VASQUES VIANA**

Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE-AP

***(Assinado Eletronicamente pelo e -TCE)***

**De acordo:**

**SIMONE APARECIDA ZANATTA**

Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE-AP

***(Assinado Eletronicamente pelo e -TCE)***

**SETOR DE CONTRATAÇÕES – TCE/AP**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

**JUNTADO:**

**Termo de Referência - Equipe de elaboração:**

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA  
Assessora da Divisão de Planejamento das Contratações (assinatura eletrônica  
pelo sistema e-TCE)

SIMONE APARECIDA ZANATTA  
Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações  
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

**Elaboração Edital**

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA  
  
(assinatura eletrônica pelo sistema compras.gov)

**Agente de Contratação:**

Juliano de Andrade Araújo  
Agente de Contratação / Pregoeiro-TCE/AP